

**Movimento "Brasil: Outros 500" pretende reunir no dia 22, no**

**litoral da Bahia, mais de 2.000 representantes de 200 etnias conhecidas em manifestação em defesa da causa indígena e contra a "invasão europeia"**



Índios de Amazonas e de Roraima fazem manifestação no centro de Manaus, antes do início de marcha rumo a conferência na Bahia

# Índios realizam marcha inédita para contestar o Descobrimento

WILLIAM FRANÇA da Sucursal de Brasília

Os índios brasileiros decidiram ficar de fora dos festejos oficiais dos 500 anos. O governo promove uma festa de Estado, com a presença de autoridades estrangeiras, e os índios lamentam o que chamam de "invasão europeia".

Num movimento tido como inédito no país, por sua abrangência e poder de mobilização, desde o dia 4 foi iniciada a "Marcha Indígena 2000".

O movimento quer reunir no dia 22, numa grande conferência, em Porto Seguro, mais de 2.000 índios representando cerca de 200 etnias identificadas no país.

"Brasil: Outros 500", como foi denominado o movimento, vai chamar a atenção da sociedade para a causa indígena e contestar a versão oficial do Descobrimento.

"Para os povos indígenas, a conquista da América não foi o começo de sua história. Eles chegaram a este continente há aproximadamente 40 mil anos", afirma o manifesto que embasa o movimento.

"Naquele dia (22 de abril de 1500) foi dado início à expansão do Velho Mundo nestas terras, por meio da brutalidade letal e organizada", diz o texto.

Para comprovar os argumentos, o movimento afirma que, quando da chegada dos portugueses, havia 5 milhões de índios no país, que pertenciam a 970 diferentes povos —hoje são apenas 330 mil índios aproximadamente, de 215 etnias.

"Os índios não têm nada a comemorar, mas muito a refletir", afirmou à Folha d. Franco Masserdotti, bispo de Balsas (MA) e presidente do Conselho Indigenista Missionário, órgão anexo à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e uma das 20 entidades que estão desde dezembro de 1998 concebendo a marcha e a conferência.

"O governo deve considerar esse momento como um alerta, para tomar vergonha e assumir suas responsabilidades e deveres em relação às questões sociais", afirmou Maninha Xukuru, uma das organizadoras da marcha.

"Passaremos outros 500 anos, se preciso for, dizendo a verdade e corrigindo a história."

**Reivindicações**

A programação dos índios é ampla e abrange também outras minorias sociais, como negros e sem-terra. Com a marcha, iniciada na Amazônia (onde vivem 51% dos indígenas do país), eles pretendem chamar a atenção das diversas localidades por onde passarão dizendo que "os índios continuam sendo explorados e excluídos".

Darão como um exemplo a questão da terra. Das 558 terras indígenas do país, apenas pouco

mais da metade (309 áreas, ou 56% do total) estão registradas. Ou seja: apenas os habitantes dessas terras têm assegurada a posse permanente, restando ainda 249 terras por homologar, demarcar, delimitar ou identificar.

Ao passarem por Brasília, na próxima quinta-feira, dia 13, também reclamarão que o Estatuto das Sociedades Indígenas, que regulamentará os direitos dos índios, está parado há cinco anos no Congresso. E que por mais tempo eles estão aguardando a ratificação da Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que dá garantias às populações diferenciadas.

Na capital federal, tentarão se encontrar com o presidente Fernando Henrique Cardoso. É quase certo que serão recebidos pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias. Ele cancelou a viagem que faria à Áustria para acompanhar de perto a manifestação.

Ao chegarem a Porto Seguro, após 14 dias de manifestações e de atos públicos — completando o que batizaram de "a rota da intrusão do país ao contrário", do interior para o local do Descobrimento —, os índios vão se reunir numa grande conferência, na qual pretendem aprovar um documento a ser encaminhado ao governo, ainda em Porto Seguro, com as principais reivindicações e posições políticas.

"Será a primeira vez que os povos indígenas se sentam para eles mesmos discutirem seus problemas, sem serem convocados por entidades ou pelo governo", afirmou José Adalberto Macuxi, da Comissão Indígena de Roraima e representante da área indígena Raposa Serra do Sol, uma das que aguardam a homologação.

**Outrolado**

A Funai (Fundação Nacional do Índio), ligada ao Ministério da Justiça, assiste de longe a movimentação, mas, segundo seu presidente, Carlos Marés, a autarquia "vê com bons olhos e muita simpatia o movimento".

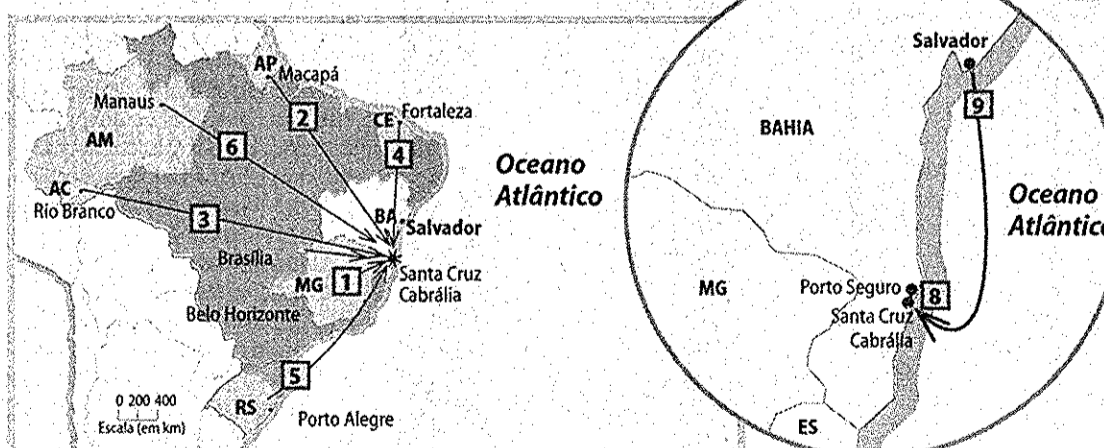
"A Funai tem a obrigação de estar com os índios reivindicando os direitos indígenas", afirmou Marés.

As propostas da marcha e da conferência são elogiadas por Marés, um advogado que ocupa há cinco meses a presidência da Funai. "Pela primeira vez há uma mobilização nacional dos povos indígenas. As poucas tentativas anteriores foram frustradas. Além disso, os índios estão certos ao dizer que não têm o que comemorar, de reclamar mais políticas públicas", afirmou.

O governo tem pronto um pacote com 15 terras demarcadas para serem homologadas. Contrariando as expectativas, não há, no entanto, até o momento, uma data definida para o anúncio do pacote.

**Marcha Indígena passo a passo**

- 1 Caravana de Minas Gerais e Espírito Santo**  
 ■ Saída: Belo Horizonte (13 e 14 de abril). Segue para Teófilo Otoni  
 ■ De Teófilo Otoni (15 de abril) segue para Monte Pascoal (Porto Seguro)
- 2 Caravana do Amapá**  
 ■ Saída: Oiapoque (5 de abril). Segue para Macapá  
 ■ De Macapá (7 de abril) segue para Belém  
 ■ Em Belém (9 e 10 de abril) encontra a caravana da Amazônia e segue depois para Brasília
- 3 Caravana da Amazônia Ocidental (Acre, Rondônia e Mato Grosso)**  
 ■ Saída: Rio Branco (7 de abril). Segue para Porto Velho  
 ■ De Porto Velho (8 de abril) segue para Cuiabá  
 ■ De Cuiabá (10 e 11 de abril) segue para Brasília
- 4 Caravana Nordeste**  
 ■ Saída: Fortaleza (11 de abril). Segue para Salvador  
 ■ Saída: Maceió (13 de abril). Segue para Salvador  
 ■ Saída: Recife (14 e 15 de abril). Segue para Salvador  
 ■ Concentração em Salvador (16 e 17 de abril)
- 5 Caravana do Sul**  
 ■ Saída: Irajá, Rio Grande do Sul (11 de abril). Segue para Chapecó  
 ■ De Chapecó, Santa Catarina (12 de abril) saem as caravanas de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para Brasília  
 ■ Florianópolis e Blumenau (11 de abril). Manifestação nas cidades  
 ■ De Itanhaém, SP (12 de abril) de São Paulo e do Rio de Janeiro, saem as caravanas para Brasília
- 6 Caravana da Amazônia**  
 ■ Saída: Manaus (4 de abril). Segue para Parintins  
 ■ De Parintins, Amazonas (6 de abril); segue para Santarém (PA)  
 ■ De Santarém, Pará (7 de abril), segue para Belém (PA)  
 ■ De Belém (9 e 10 de abril) segue para Imperatriz (MA)  
 ■ De Imperatriz (11 de abril) segue para Palmas (TO)  
 ■ De Palmas (12 de abril) segue para Brasília
- 7 Brasília**  
 ■ Saída: Brasília (13 de abril). Segue para Bom Jesus da Lapa (BA)  
 ■ De Bom Jesus da Lapa (14 de abril) segue para Vitória da Conquista (BA)  
 ■ De Vitória da Conquista (14 de abril) segue para Monte Pascoal (Porto Seguro)
- 8 Porto Seguro**  
 ■ Chegada das delegações indígenas ao Monte Pascoal, em Porto Seguro, para rituais e celebrações (15 de abril)  
 ■ Manifestações de sem-terra em Eunópolis e caminhada a Porto Seguro (15 de abril)  
 ■ Estudo das delegações indígenas no Monte Pascoal (16 de abril)  
 ■ No Monte Pascoal, de manhã, manifestação dos povos indígenas (17 de abril): A tarde, chegada da Marcha dos Sem-Terra em Porto Seguro. Depois segue para Santa Cruz Cabrália
- 9 Salvador (Bahia)**  
 ■ Seminário e manifestação "Os Outros 500" (17 de abril)  
 ■ Reunião da Caravana Nordeste e de integrantes do Norte e Sul da Bahia (17 de abril), que seguem para Santa Cruz Cabrália
- 10 Santa Cruz Cabrália**  
 ■ 18 a 21 de abril: em Coroa Vermelha, Conferência Indígena  
 ■ 22 de abril: em Coroa Vermelha, de manhã, manifestação de repúdio à festa oficial, inauguração do monumento da resistência "Os Outros 500" e celebração da resistência



**Líder aponta 'contradição' nos festejos**

da Sucursal de Brasília

Líder dentre os cerca de 1.300 xukurus-kariris de Palmeira dos Índios (AL), Erelvina Santana Silva, 34, conhecida como Maninha Xukuru, se vale do exemplo doméstico para demonstrar sua indignação com a "contradição" nas comemorações oficiais dos 500 anos.

"O governo gasta R\$ 45 milhões para comemorar o que chama de 'Descobrimento do Brasil', mas todos os anos diz que não tem dinheiro para as demarcações e homologações de nossas terras", afirma Maninha.

Ela mora numa das três aldeias xukurus do município, que ocupam menos de mil hectares descontinuos e ainda não são demarcadas. "Reivindicamos 13.020 hectares, mas a resistência é grande, especialmente por parte dos latifundiários."

Coordenadora da marcha no Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo, Maninha disse nada faz além do seu dever de índia, nascida e criada numa aldeia. "É obrigação de todos os índios colaborarem para a releitura da história", afirmou. (WF)

★ **Folha - O que significa essa marcha indígena no momento dos 500 anos?**

Maninha Xukuru - A marcha demonstra o nosso repúdio às comemorações oficiais. Os povos indígenas têm sofrido violências e massacres de todos os tipos nestes cinco séculos. Dezenas de nações indígenas foram totalmente eliminadas. Nós mostraremos a real situação em que vive o nosso povo: miséria, negação dos nossos direitos, discriminação e outras agressões.

**Folha - O que vocês esperam dessa marcha?**

Maninha - Esperamos a consolidação do movimento indígena no país e esperamos que a sociedade assuma como sua essa história e que reformule a versão oficial, respeitando e defendendo os povos indígenas. Enquanto o governo brasileiro estará festejando, nós vamos denunciar e mostrar ao mundo o que o Brasil fez com os donos desta terra e como está tratando o que resistiram.

**Governo tenta impedir atos contra FHC**

da Sucursal de Brasília

Os governos federal e da Bahia estão se preparando para impedir que a marcha e a conferência indígena se transformem num ato contra o presidente Fernando Henrique Cardoso e sua política social e econômica.

Na última quinta, foi decidido que a segurança dos eventos, especialmente durante o período em que FHC estiver presente, ficará a cargo do Ministério da Defesa. As Forças Armadas ocuparão os sítios e praias históricas de Porto Seguro, e os manifestantes terão de enfrentar fuzis e possivelmente tanques nas ruas se partirem para um confronto.

O governador César Borges (PFL) afirmou à Folha que não irá proibir a presença dos índios e

dos demais integrantes da marcha em Porto Seguro, como foi propagado entre os índios —51 deles, do Acre, obtiveram até salvo-condutos da Justiça permitindo a entrada na Bahia.

Mas Borges disse que "não vai permitir que toda a programação seja conturbada" por grupos que queiram utilizar-se do movimento "para criar caso" —o que seria, para ele, afronta às autoridades.

O primeiro sinal de que haverá dificuldades nesse setor foi dado semana passada, quando cerca de 200 PMs cercaram e destruíram, durante a noite de terça-feira, o monumento que os índios pretendiam construir na praia Coroa Vermelha —onde foi realizada a primeira missa— denunciando o que classificam de "genocídio da raça". A ordem foi de Borges.

"Depois de todo um trabalho de desobstrução e de recuperação paisagística, sem pedir licença a qualquer autoridade chegou um caminhão para jogar cimento na área, que é de proteção ambiental. Não aceitamos e não permitiremos", afirmou Borges à Folha.

O governador reconheceu que sua atitude contrariou parte dos índios, mas disse que o episódio está superado. "Foi uma confusão artificial. Agora vamos construir um monumento para eles, projetado por nossos arquitetos, mais perto da residência deles", disse.

O cacique Ailton Pataxó é um dos descontentes. "Não fomos chamados para participar da comissão da festa, mas aceitamos tudo. Mas gostaríamos que ele (Borges) pudesse respeitar nossos sentimentos e sofrimentos." (WF)